

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL  
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA**

**VICTORIA FERRARI**

**FAZENDA IBICABA - CORDERÓPOLIS-SP: A CONSTRUÇÃO DO LUGAR DE  
MEMÓRIA (1996-2020)**

**ITUIUTABA-MG  
2021**

VICTORIA FERRARI

**FAZENDA IBICABA- CORDERÓPOLIS - SP: A CONSTRUÇÃO DO LUGAR DE  
MEMÓRIA (1996-2020)**

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada e Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Amarante Oliveira

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Wellington Amarante Oliveira (Orientador)

---

Prof. Dr. Eduardo Giavara

---

Prof. Dr. Aurelino José Ferreira Filho

Ituiutaba-MG, 15 de junho de 2021.

Dedico este trabalho a minha família e amigos, sem vocês não estaria aqui hoje.  
Gratidão eterna.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho não seria possível sem a ajuda de pessoas tão importantes e especiais que passaram e passam diariamente em minha vida.

Gostaria de agradecer a Deus e a Deusa em suas mais diferentes versões, pois essa força superior em que nos apegamos nos move a cada dia, nos faz sermos melhores e evoluirmos diariamente. Além de toda reza que me foi dada pelas pessoas que gosto, vai muito além de religião ou credo, mas sim de fé e energias boas.

Há pessoas que participaram de todo o processo desde o início da graduação até o presente momento. Meus pais, Orestes Junior e Isabel, juntamente com minha irmã, Antonella, saibam que vocês são meu apego para sempre seguir em frente e persistir mesmo com as dificuldades. Aos meus avós, Ondina e Orestes, que me criaram, educaram e me ensinaram a ser forte, meus avós Antônia e Aníbal, que me deram esperança de dias melhores. Ambos estão no céu olhando por mim e me direcionando no caminho. Meus tios, tias, primas e primos, que sempre me apoiaram e me incentivaram.

Aos laboratórios que tenho profundo amor por eles, LAPAMI, LAHISD, LAPEH, NEABi, NEPERE, obrigada por me deixarem participar e aprender sobre os mais diferentes temas e usufruir das mais diferentes experiências. Aos meus orientadores que tive o privilégio de trabalhar, Aurelino Ferreira Filho, Eduardo Giavara e Wellington Amarante, o meu muito obrigada por todo puxão de orelha e direcionamento para esse projeto. Aos meus professores, em especial Carlos Eduardo, que foi parceiro em tudo, Cida Satto, que me ajudou quando mais precisei e aos demais que passaram e me ensinaram o valor do trabalho, da dedicação e principalmente do conhecimento.

Aos meus amigos que se tornaram família em uma cidade diferente e longe dos nossos familiares, Alisson e Letícia, obrigada por tudo, vocês foram meu porto seguro nos momentos mais difíceis da minha vida, vocês foram as risadas que precisava e o nervoso que passava quando eram mimados. Ana Catariana, Leonardo Biazotto, Jéssica, Patrícia, Elmo, Janaína, meus amores das manhãs na faculdade, das risadas e das trocas de experiências. Aos demais que passaram por

minha vida durante esses anos, muito obrigada por tudo, são muitas pessoas, mas que são importantes e todas sem exceção trouxeram algo para minha evolução.

E por último, mas não menos importante agradecer a UFU-PONTAL, que proporcionou minha graduação, aos projetos PIBID-Interdisciplinar, Residência Pedagógica, Projeto Transgressão e cursinho AFIN, muito obrigada pela experiência.

“Devo ater-me a meu próprio estilo e seguir meu próprio caminho. E apesar de eu poder nunca mais ter sucesso deste modo, estou convencida de que falharia totalmente de qualquer outro.”

Jane Austen (Persuasão)

## **RESUMO**

Os lugares de memória veem sendo cada vez mais utilizados pela população como forma de transmitir conhecimento e voltar ao passado, aos momentos históricos que tiveram importância para a sociedade. As fazendas históricas, principalmente a Fazenda Ibicaba localizada em Cordeirópolis no interior de São Paulo, faz um trabalho de conservação da propriedade fundada no século XIX e educação patrimonial, sendo o objetivo deste trabalho analisar como ocorre o trabalho realizado pelo proprietário e quais as problemáticas enfrentadas para conseguir conciliar o desenvolvimento sustentável, juntamente com a preservação desse bem. Com isso, analisaremos as narrativas que envolvem o processo para se materializar a fazenda com um bem patrimonial e os motivos para que não se tenha um respaldo legal como o tombamento desse patrimônio. Sendo assim, trabalhamos com a narrativa apresentada pelos donos da fazenda em seu site e Instagram oficial, juntamente com imagens que contribuem para se entender as formas de transpor o conhecimento de forma a preservar a memória contida neste espaço. Disso, pudemos entender que mesmo com o trabalho realizado pela fazenda de trazer estudantes para visitação, não consegue suprir as necessidades para a manutenção, sendo necessário utilizar de outros meios para conseguir permanecer aberta ao público. Porém, um trabalho mais amplo de educação patrimonial, visando outros grupos pode ser uma iniciativa que a fim de aumentar o rendimento e fazer com que a fazenda possa até mesmo patrimonial esse bem, tendo um amparo legal e sendo fiscalizado como forma de incentivo ao projeto.

**Palavras-Chave:** Educação Patrimonial; Patrimônio; Fazendas Históricas; Lugares de Memória.

## ABSTRACT

Places with historical memories have been increasingly used by the population as a way to have knowledge and even return to the past. The historical farms, especially the Ibicaba Farm, founded in the 19th century in Cordeirópolis City, located in the São Paulo state, reproduces a work of property conservation and heritage education. For this reason, the purpose of this research analyzes how the work is done by the owner of Ibicaba and what problems he faces in order to conciliate sustainable development with the preservation of this asset. Therefore, our analysis is about the narratives that involve the process of turning the farm into a heritage property and the reasons why there is no legal support, such as the registration of this heritage property. This research still works with the narrative presented by the owners of the farm on their website and official Instagram along with images that contribute to the understanding of the ways to transpose knowledge in order to preserve the memory contained in the farm. Even with the work done by the farm to bring students to visit the place, it doesn't maintain local maintenance, being necessary to use other means for the Ibicaba farm remains open to the public. However, a broader work of heritage education, aimed at other groups may be an initiative that could increase the income and make the farm even less likely to be a heritage asset, with legal support and being supervised as a way of encouraging the project.

**Keywords:** heritage education; heritage; historical farm; memory places



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Mapa da sesmaria Ibicaba.....	23
Imagem 2 – Litografia da fazenda Ibicaba.....	24
Imagem 3 – Escravos trabalhando no terreiro de café.....	25
Imagem 4 – Escravos e imigrantes trabalhando no terreiro de café.....	25
Imagem 5 – Carta enviada para Sr.Gustav Lutz, 1856.....	26
Imagem 6 – Folha ponto 1914 – 1918.....	28
Imagem 7 – Barão, o administrador da Fazenda.....	38
Imagem 8 – Dramatização da violência contra os escravizados.....	39
Imagem 9 – Museu do Café.....	40
Imagem 10 – Marca das maquinas usadas na fazenda.....	41
Imagem 11 – Terreira de café original.....	42
Imagem 12 – Terreiro atual da fazenda.....	42
Imagem 13 – Sede original da fazenda, construída em 1817.....	43
Imagem14 – Sede da Fazenda, atualmente.....	43
Imagem 15 – Torre do relógio com mirante.....	44
Imagem 16 – Telhado de telha cocha.....	44

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A FAZENDA COMO LUGAR DE MEMÓRIA .....	13
2.1. O que são lugares de memória? .....	13
2.2. Fazendas paulistas e a conservação da memória .....	18
2.3. Fazenda Ibicaba: história e memória .....	22
3. FAZENDA IBICABA: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA .....	30
3.1. Patrimonialização e tombamento: definições e marcos legais. ....	30
3.2. A exploração econômica da história e do patrimônio histórico da fazenda ..	34
3.3. Os limites e as potencialidades do turismo histórico na Fazenda Ibicaba....	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
5. REFERÊNCIAS .....	49

## 1. INTRODUÇÃO

À primeira vista uma pesquisa sobre uma fazenda pode não parecer tema apropriado a ser tratado por uma historiadora. Porém, ao observarmos com mais atenção veremos o quanto de história a Fazenda Ibicaba carrega consigo. A escolha desse objeto de pesquisa ocorreu devido ao nosso interesse pelas temáticas da memória e do patrimônio e a possibilidade de estabelecer um diálogo com a educação patrimonial e com a História regional e local.

Dentre os conceitos mobilizados ao longo dessa pesquisa estão: lugar de memória; memória histórica; memória coletiva, entre outros correlatos. Para isso, dialogamos com autores como Pierre Nora que aborda as problemáticas dos lugares de memória e da aceleração da história como forma de entender o passado e suas narrativas, além do fato de questionar essas memórias em que colocamos como sendo as recordações da população de uma forma geral. O sociólogo Maurice Halbwachs quando abordado sobre a memória coletiva e como ela interfere diretamente na narrativa dos lugares de memória e com isso, gerando uma narração mais fidedigna sendo que quando há uma construção coletiva, a narrativa prioriza os fatos mais importantes ocorridos, disso, faz conexão com o que Michael Pollak trata para tentar entender que a história coletiva tende a subalternizar narrativas que por sua vez não são consideradas como verdadeiras, ou até mesmo tendo que ser esquecidas pela memória oficial. Uma vez que a sociedade “historicizada” como é colocada por Edgar De Decca (1992, p.131) é destruidora da memória coletiva, se cria uma nova percepção histórica onde busca recriar o campo da memória em lugares bastante particulares, como é o exemplo da Fazenda Ibicaba. Assim, analisar a Fazenda Ibicaba como um lugar de memória é colocar em evidência uma memória histórica que foi e continua sendo produzida historicamente.

A bibliografia sobre a fazenda é variada e é constituída em sua maioria por trabalhos das áreas de turismo, arquitetura e educação patrimonial, possibilitando um diálogo interdisciplinar entre essas áreas, compreendendo de diferentes formas os conceitos de memória que se aplica a fazenda. O *corpus* documental é constituído por iconografias que mostram os espaços da fazenda e como são

transmitidos ao público, também utilizaremos o site oficial e a conta do Instagram, além de vídeos do YouTube das visitas técnicas realizadas por grupos escolares.

Assim, esse trabalho se propõe analisar diferentes memórias produzidas sobre a fazenda, bem como os usos destas memórias ao longo de sua História, o que, por sua vez, significa compreendermos a produção da memória como local de interesses diversos, inclusive econômicos. Significa também, compreender seu papel histórico e o lugar de memória que a fazenda ocupa para a região ao longo de sua trajetória.

Essa monografia está estruturada em dois capítulos. No primeiro apresentaremos o que são os lugares de memória, como eles surgiram e qual sua finalidade. Trataremos também, muito brevemente, da experiência de outras fazendas paulistas dedicadas ao turismo histórico para que possamos compreender como elas se organizam para preservar esses locais. E por fim traçaremos um histórico da Fazenda Ibicaba.

No segundo capítulo investigaremos como ocorre o processo de patrimonialização e tombamento de um bem, em todos seus detalhes, desde o início quando são colocados em destaque os motivos pelo patrimônio ser considerado cultural e histórico até como os órgãos públicos trabalham para esse movimento de preservação do patrimônio histórico. Além disso, buscamos compreender como os órgãos públicos, responsáveis por patrimoniar e tombarem esses bens fazem a catalogação e quais leis estão auxiliando para o restauro e auxílio desses lugares como forma de incentivar o resguardo e a preservação da história. Para encerrar a discussão do capítulo analisaremos como a Fazenda Ibicaba trabalha com a educação patrimonial, e como a mesma se mantém de forma a não perder sua identidade e representatividade para o município de Cordeirópolis, onde está localizada.

## 2. A FAZENDA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

### 2.1. O que são lugares de memória?

Para entendermos o que são lugares de memória, primeiramente é de extrema importância saber o significado da memória para o campo da história. Durante muito tempo a memória foi desconsiderada pelos historiadores. Alegava-se que a memória é não teria a objetividade necessária a documento histórico, ou seja, seria enganosa. Nessa perspectiva, seria possível editar nossas memórias de acordo com o que for mais aceitável e não com aquilo que realmente se recorda de determinado evento, ou seja, ela se torna adaptável para quem a escuta e para quem narra. Para essa corrente, “a história deveria começar exatamente onde a memória parava: nos arquivos escritos” (HARTOG, 2003, p.158).

O conceito de “memória coletiva” elaborado pelo sociólogo Maurice Halbwachs é fundamental nesse processo de inserção da memória nos estudos da História. A noção de “memória coletiva” colabora para entendermos como a memória pode se relacionar com a História. É preciso ter claro de que existem várias memórias para um fato, acontecimento, conjuntura ou processo histórico. Ou seja, temos que possuir a sensibilidade de reconhecer e entender como se trabalhar com a “memória coletiva” de modo a não interferir na criticidade da história, o que se torna uma problemática já que a memória coletiva, muitas vezes está relacionada com a memória nacional. Além dessa problemática, Pierre Nora problematiza outra situação que, em sua concepção, pode prejudicar o estudo histórico, para se entender o passado e analisar o presente. Trata-se da aceleração da História. Uma vez que os acontecimentos ocorrem de forma mais rápida, a memória tende a ser prejudicada ainda mais, uma vez que a memória de ontem já não é a de hoje.

De um lado, havia a memória de tipo antiga, por assim dizer, "sem passado", que reconduzia "eternamente a herança"; do outro, "a nossa", que foi apreendida pela história e transformada por ela. Sem dúvida essa sociedade-memória desaparecida está um pouco simplificada ou mitificada, mas para a análise de hoje importa, antes de tudo, seu valor contrastivo (HARTOG, 2013, p.162).

A construção do conceito de lugares de memória se deu pelo reconhecimento de que existiriam espaços e instituições capazes de aglutinar as múltiplas

necessidades dos sujeitos históricos de se reconhecerem e de possuir lugares que pudessem “armazenar” essa memória coletiva, construída pela população e inúmeras vezes desconsideradas pela história oficial.

Edgar De Decca (1992) traz uma discussão sobre o conceito de memória histórica que por sua vez nos ajuda a pensar no processo que os lugares de memória vêm enfrentando para se manter como um centro de memória, diferente do que sabemos como memória e história separadamente. A memória histórica é a junção de memória e história. Segundo esse autor:

Nesse estranho movimento há perda para ambos os lados. Do lado da memória, como ela é voluntária e intencional no seu esforço de historicizar-se, ela se perde definitivamente como experiência do vivido, aparece como um constrangimento individual que vem do exterior. Do lado da história, perde-se a dimensão crítica que ela deve ter com relação ao passado, pois a ela não está reservado o papel de preservá-lo, tal qual ele foi, mas de reescrevê-lo incessantemente, sabendo-se que este retorno ao passado não é mais do que a medida de sua perda (DE DECCA, 1992, p. 135).

Entretanto, quando é feita essa junção entre memória e história ambos os lados perdem um pouco de sua essência, a história perde sua criticidade de análise e a memória sua coletividade e a própria experiência vivenciada pelos sujeitos, como é colocado por De Decca (1992, p. 133):

Do lado da memória, como ela voluntária e intencional no seu esforço de historicizar-se, ela se perde definitivamente como experiência do vivido, aparece como um constrangimento individual que vem do exterior. Do lado da história, perde-se a dimensão crítica que ela deve ter em relação ao passado, pois a ela não está reservado o papel de preservá-lo, tal como ele foi, mas de reescrevê-lo incessantemente, sabendo-se que este retorno ao passado não é mais do que a medida de sua própria perda. Erige-se, portanto, no presente alguma coisa híbrida e bastante ameaçadora, que é a memória histórica. Nem memória, porque alheia à experiência do vivido, nem história, porque destituída de seu valor crítico com relação ao passado.

Esses lugares de memória estão relacionados com a forma que absorvemos as memórias contidas nos mais diversos lugares, de certa forma damos voz para esses diversos locais e até mesmo, monumentos e símbolos que possam contar alguma história, ainda que na maioria das vezes trate-se de uma história oficial. Porém, vale ressaltar que cabe aos historiadores e pesquisadores usarem esses

locais de memória para subverter a história oficial, para que seja possível entendermos as diversas faces dos acontecimentos e diversas histórias contidas dentro desses locais que são deixadas de lado e em muitos casos esquecidas, mas que fazem parte do que somos e influenciaram e influenciam o desenvolvimento dos acontecimentos.

Pierre Nora (1993), afirma que os lugares de memória começam a possuir uma maior visibilidade devido à curiosidade sobre a construção da memória, isso se dá pela “aceleração” da história. Segundo o autor, está havendo uma oscilação do equilíbrio de continuidade histórica e da perda cada vez maior do passado. Para Nora (1993), a criação de lugares de memória se dá pela incapacidade de guardarmos, ou habitarmos nas memórias vivenciadas, se isso ocorresse iríamos vivenciar religiosamente as memórias, não possuindo uma modificação, ou seja, não se teria uma adaptação das ações com o passar do tempo.

Assim, Pierre Nora diferencia a história da memória, enquanto a história é vista como uma problematização da reconstrução de um passado que já não existe mais, a memória é um fenômeno do presente que por ter valor sentimental não se fixa em detalhes, se alimentando de detalhes vagos, por isso a importância dos lugares de memória.

Cada lugar de memória, direta ou indiretamente, conta não apenas uma história, mas sim, várias histórias ali contidas de diferentes formas e visões distintas, uma vez que cada grupo de pessoas vivencia de formas desiguais o mesmo acontecimento e ele podem significar a aceitação e a ruína de diversos grupos sociais, que serão narrados posteriormente para a sociedade.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (...). Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (...) (NORA 1993, p. 13).

Essa construção de uma identidade coletiva inserida dentro desses lugares de memória, nos leva a uma discussão de como construímos nossa identidade oficial, uma vez que como Pierre Nora nos coloca, é uma construção e



desconstrução do movimento da história, sendo esse movimento uma das problemáticas desses espaços.

Dentro dessas problemáticas inseridas nas construções dos espaços de memória está a forma como a memória está sendo colocada e mostrada ao público, uma vez que essa adequação feita nesses lugares, não mostra a totalidade das várias versões das narrativas contidas nesse determinado espaço, uma vez que todo local quer contar uma versão dos fatos e essa narrativa vai priorizar um determinado grupo social, sendo assim de certa forma esses lugares de memória são manipulados para contar uma narrativa específica, que em muitos casos são construídas para enaltecer determinado grupo que estava ou ainda permanece no poder.

Michael Pollak explora essa concepção de memória histórica em contrapartida com a história nacional, pois a construção dessa memória histórica que desconsidera a coletividade proporciona a construção da identidade nacional, considerando apenas algumas narrativas dentro da história formando a narrativa oficial. Essa desconsideração da memória coletiva que acaba sendo subalternizada diante da historiografia brasileira é abordada em “Memória, Esquecimento, Silêncio” do mesmo autor.

Em seu texto, Pollak (1989) aborda sobre a memória coletiva e como se dá esse debate pela construção de memórias, sendo que a memória nacional é construída através da disputa de poder e da mudança política. Uma vez que ela pode constituir uma narrativa e com o passar do tempo ser adaptada para as questões que são mais favoráveis ao governo, ela desconsidera a participação da coletividade que possuem diferentes visões do mesmo processo, porém não participa dessa construção de identidade nacional.

Devido a isso, todo e qualquer lugar de memória está muito além da forma como ele é demonstrado para seu público, ele é toda a construção de uma memória que não foi vivenciada por essa população, mas que retoma a sensação de pertencer àquela narrativa.

Porém, para muito além da história oficial, está aquela que são esquecidas e subalternizadas pela sociedade, principalmente por motivos políticos, como narrados anteriormente. Essa narrativa de populações subalternizadas como é colocado pelos autores são parte da população que não possui sua história narrada dentro da história nacional, uma vez que durante muito tempo esses grupos sociais não

possuíam poder para que suas histórias fossem consideradas significantes diante da visão de história extremamente nacionalista, que visa à sensação de pertencimento dessa história de forma homogênea, desconsiderando as variações culturais contidas no país, por exemplo.

Desta forma, além dos lugares de memória para se contar e eternizar uma história que possa trazer uma exaltação da memória coletiva geral e nacional, os espaços têm por objetivo mostrar outras versões do mesmo momento histórico para despontar para as pessoas que a história possui uma diversidade cultural e é formada por uma luta de poder e que em muitas vezes o vencedor não se encontra como sendo o portador de uma verdade histórica.

Uma vez que a verdade histórica é formada pelo grupo que está no poder, ela pode sofrer modificações com o decorrer dos anos e principalmente abrir espaço para outras micro histórias até então esquecidas devido a forma como foram deixadas de lado para a exaltação de uma superioridade nacional.

Com isso, a necessidade cada vez maior de lembrar-se dessas memórias e histórias, fez com que os lugares de memória fossem cada vez mais usados e formados, para que todos tivessem uma forma de contar e serem ouvidos, conseqüentemente serem levados em consideração pela sociedade a fim de mostrar as diversas faces da história e de sua população.

Um dos exemplos mais comuns e que temos conhecimentos são os museus, que são espaços que constituem memórias coletivas e individuais de vários assuntos, como arte, músicas, história, entre outros assuntos que podem trazer uma narrativa de diferentes lugares e trazendo pra mais perto do expectador vivências diferentes das que os mesmos estão inseridos. Quando vamos ao museu, seja ele qual for obrigatoriamente temos divisões em setores separados, salas específicas, etc. Cada sala possui uma narrativa, pode ser por artista, período em que a obra foi realizada, ou em alguns casos por temática do quadro em questão. Isso ocorre, pois os curadores e os responsáveis pela organização dos espaços fazem adaptações de acordo com a história na qual está querendo transmitir ao espectador (visitante) dentro daquele local, sendo assim aproximando a história ali contida com a memória das pessoas que estão visitando o lugar, gera uma sensação de pertencimento ao lugar e a exposição, uma vez que a narrativa faz parte de outra narrativa muito maior que é ligada a vivência de algum determinado grupo social que por sua vez participam da história oficial. Ou podendo também desmitificar a história oficial e

colocar em ênfase a história que foi subalternizada pela população, sendo assim transmitindo uma maior conexão com a sociedade ao redor.

Já as fazendas históricas possuem a finalidade de trazer memórias de fatos ocorridos durante séculos, como forma de preservar narrativas ali inseridas de pessoas que já não possuem mais a memória para transmitir esses conhecimentos, por isso, se resguarda esses lugares para que sejam transmitidas diversas memórias coletivas dentro de uma história oficial. Essas fazendas que constituem memórias, trazem muito mais do que somente a narrativas desse lugar, mas sim a história de populações, de lutas, de transformações importantes dentro da forma como analisamos e armazenamos nossas próprias vivências. Alguns ensinamentos que foram passados de gerações em gerações, algumas histórias que os antigos falavam e principalmente a arquitetura desses lugares, todos são formas de registrar a história e trazer para mais perto do público, incitando sobre a importância do lugar e o motivo de sua preservação.

## **2.2. Fazendas paulistas e a conservação da memória**

As fazendas como um todo possuem grande importância principalmente para a conservação de artefatos que remetem a momentos históricos da época, sendo eles a economia, o modo de vida da alta sociedade, a vida cotidiana dos trabalhadores, a troca na forma de trabalho de mão de obra escrava para mão de obra livre e a arquitetura desses lugares, não somente a análise do todo, mas as suas particularidades. Por mais que as fazendas possam ter um determinado padrão como ter a casa grande, a casa das máquinas, as senzalas e ou casa dos colonos, em sua maioria havia capelas, as plantações e os galpões, cada fazenda possui suas particularidades e dessas é possível se entender como ocorriam os fatos naquele local e principalmente qual sua memória diante dos acontecimentos.

Cada região onde se têm fazendas históricas trás os acontecimentos daquela região, daquele estado e até do país, como ocorre com as fazendas paulistas que possuem grande importância para a sociedade, principalmente pelo fato de que elas foram partes fundamentais da economia durante o século XIX e meados do século seguinte, quando em seu ápice gerou grandes formas de acumulação de bens materiais, arquitetônicos e principalmente imateriais, com as memórias inseridas e vividas dentro dessas fazendas, as tornando lugares de memória, uma vez que

dentro desses espaços, possuímos memórias dos donos dessas propriedades, dos escravizados que viveram e trabalharam nela e dos colonos que diferentemente dos escravizados, vieram para trabalhar nas terras por motivos de força maior, uma vez que estavam em sua maioria, fugindo da fome e miséria que tomava conta da Europa por conta dos conflitos que começaram a surgir após a primeira revolução industrial, por essa razão aceitavam vir ao Brasil para trabalhar de forma a ganhar um salário extremamente baixo, porém em melhores condições das quais se encontravam em seus países de origem.

As fazendas do oeste paulista eram principalmente produtoras de café, uma vez que em 1870 foram localizadas terras férteis, chamadas de terras roxas, principalmente na região de Campinas e Ribeirão Preto, além de toda economia que foi gerada durante o período do final do Império e durante a Primeira República, pois nos anos seguintes as produções foram aumentando e a exportação ganhando mais espaço, fez com que fossem importantes para todo o desenvolvimento das cidades ao seu redor, uma vez que apesar dos trabalhadores vindos de fora, os intitulados colonos, após a abolição da escravatura, ainda se tinham trabalhadores das cidades da região que aproveitaram para poder conseguir uma fonte de renda, mesmo que pouca. Uma vez que a economia era voltada para as fazendas, a população se adaptou, gerando produtos e serviços que iriam auxiliar na produção dessas fazendas. Ou seja, a importância delas para a economia durante o período em que a cafeicultura era a fonte de renda do estado de São Paulo, fez com que a memória contida nelas, fosse considerada de extrema importância para a história do crescimento e desenvolvimento do estado, sendo que cada vez mais esses lugares necessitavam de tecnologia para uma maior produção, logo um retorno financeiro e político cada vez mais alto, fazendo com que em muitos casos os proprietários dessas fazendas fossem ganhando status social e confiança diante da sociedade, como importantes figuras de poder.

As fazendas paulistas do Vale do Paraíba, por exemplo, foram se adaptando as situações que foram se sucedendo, como a decadência do café e as quebras das safras cada vez maiores e principalmente a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. Isso só fez com que a decadência do café fosse aumentando, gerando falências de inúmeros proprietários de terras. Para isso, quem conseguiu permanecer com suas propriedades foram se modificando e até mesmo começando a trabalhar com outros tipos de cultivos como exemplo a cana de açúcar, para sua

subsistência o que ocorreu uma grande perda, em muitos casos da cultura inserida, uma vez que se modificaram por necessidade e perderam um pouco da história dentro desses espaços que posteriormente se tornaram de grande importância para a história da formação cultural, social, política e econômica de São Paulo e região, quando falando em desenvolvimento econômico e político do século IX e XX.

Desta forma, para gerar um modo de valorizar e incentivar a importância dessas fazendas, que posteriormente foram consideradas estâncias de repouso, principalmente pelo turismo, que gerou renda para as fazendas e para as regiões ao redor também, pois uma vez que essas atividades tinham como objetivo buscar uma tranquilidade do campo e das cidades pequenas, como uma fuga dos grandes centros e uma busca pela calma do campo, as próprias cidades da região se adaptaram para esses tipos de renda, voltada ao público viajante. Porém, mesmo com esse ludambulismo, gerando fontes de renda extras, vieram também alguns pontos negativos, como a degradação do meio ambiente, a desvalorização e desrespeito com a população local e o desgaste de sempre ir ao destino sem inovações, sem que o mesmo diversificasse suas visitas e estadias. Para isso, foi sendo adaptado, juntamente com a população para o que chamamos hoje de turismo ecológico e ecoturismo, que por sua vez consistem em trabalhar com as propriedades e os lugares de memória e também com a preservação desses lugares. Esses novos modelos de viagem, como consequência trouxe novas pessoas que se interessam não somente pelo local e sua fuga das cidades, mas também pela cultura regional e local, pela culinária e principalmente pela arquitetura desses locais.

Sendo assim, o turismo pode ser uma ferramenta importante para o resgate da história e valorização do patrimônio cultural de uma localidade, inclusive em meios rurais, uma vez que valoriza as diferenças. Cada lugar possui seus próprios elementos culturais e particularidades. São estas particularidades que são geralmente procuradas pelo turista em suas viagens. (CASTRO, 2013, p.14)

Assim como a autora Mariana Castro aborda no trecho acima, o turismo foi à forma que encontraram para manter as zonas rurais, principalmente da rota do café visibilizada pelos turistas e trazer fonte de renda para a região de forma sustentável e que cuida e preserva os lugares de memória contidos nessas regiões, além do modelo de plantio no qual eram utilizados naquela época.

Muitas das características de conformação espacial das fazendas do Vale do Paraíba seguiram o caminho do café e chegaram ao oeste de São Paulo em meados do século XIX. O plantio alinhado dos cafezais, a suntuosidade dos casarões senhoriais, bem como sua conjugação às senzalas são alguns pontos comuns entre os dois espaços. Contudo, as especificidades sócio-históricas do oeste da província – antiga cultura canavieira, presença de posseiros, experiência com trabalho livre, distância do porto, etc. – fizeram com que não apenas a estrutura física do empreendimento cafeeiro fosse distinta da do Vale do Paraíba, como os próprios atores que viveram nas fazendas do oeste apreendessem de maneira diversa as lógicas espaciais que regiam a vivência nessas áreas, assim como as estratégias de uso dos espaços. (MENDES, 2017, p. 311)

Algumas fazendas utilizam da educação patrimonial<sup>1</sup> que se inicia em juntamente com os órgãos como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAT), Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que tem como função auxiliar e fiscalizar os lugares que possuem uma importância para a história e arte nacional, no caso das fazendas paulistas por exemplo. Com auxílio das prefeituras e dos governos estaduais as fazendas foram tomando espaços entres os roteiros turísticos, o que tornam esses lugares importantes e geradores de conhecimento sobre como nosso país foi sendo desenvolvido nos estados, nas regiões e como isso influenciou também na arquitetura dessas localidades, que mostram de que época era e de onde vinham esses tipos de construções, além das diversas memórias históricas ali inseridas, que são visibilizadas e exaltadas de forma a manter presente e viva essas histórias , sendo elas oficiais ou não, uma vez que possuem diversas narrativas, em diferentes momentos históricos, por exemplo: a memória de colonos que trabalharam nesses espaços, narram seus desafios em sobreviver e se estabelecer em um país diferente, deixando seus países de origem para tentar uma vida nova, ou as marcas deixadas pelos negros que ali viveram sendo escravizados, essas memórias são somente algumas das que se podem encontrar nesses lugares preservados, como centro de memórias.

O que ocorre nesse movimento para a permanência das fazendas é sem

---

<sup>1</sup> O primeiro movimento de educação patrimonial que conhecemos se inicia em volta de 1937, juntamente com o IPHAN, pensando em ações educativas com intuito de conservar o patrimônio cultural e a história nacional.

duvida gerar uma visibilidade para os acontecimentos contidos nesses lugares e principalmente a sobrevivência desses espaços, uma vez que por mais que sejam patrimônios de extrema importância, os mesmos precisam sempre garantir uma fonte de renda para que se preserve e continue trabalhando nesses espaços, uma vez que a preservação é a forma mais importante para permanência das memórias e conhecimento de diferentes momentos da história.

### **2.3. Fazenda Ibicaba: história e memória**

Antes mesmo do surgimento das sesmarias na província de São Paulo, onde o rei dava pedaços de terras, lembrando um pouco o que ocorria na Idade Média com as terras comunais, a produção de cana de açúcar era muito comum e a principal fonte de renda dos agricultores das províncias. No caso da fazenda Ibicaba, a sesmaria da qual fazia parte era a do Morro Azul, que possuía outras propriedades, sendo elas, Fazenda Quilombo, Fazenda Citra-Dierberguer e Fazenda Itapema, localizada no município de Limeira; Fazenda Morro Azul, no município de Itacemópolis; Fazenda Ibicaba, no município de Cordeirópolis; e Fazenda Santa Gertrudes, no município de Santa Gertrudes, também de importância econômica para a região, uma vez que elas eram uma das maiores produtoras de açúcar e posteriormente de café.

A fazenda Ibicaba era até o período de emancipação da cidade de Cordeirópolis no ano de 1902, pertencente à cidade de Limeira, sendo considerada de grande importância para a cidade, principalmente em seu desenvolvimento econômico no período do século XIX e meados do século seguinte.

A inauguração da Fazenda Ibicaba, em 1817, pelo senhor Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, representou um marco para os grandes produtores de açúcar e aguardente da região de Limeira. Instalou-se na propriedade em 1825 e a gerenciou até 1859, ano de sua morte.

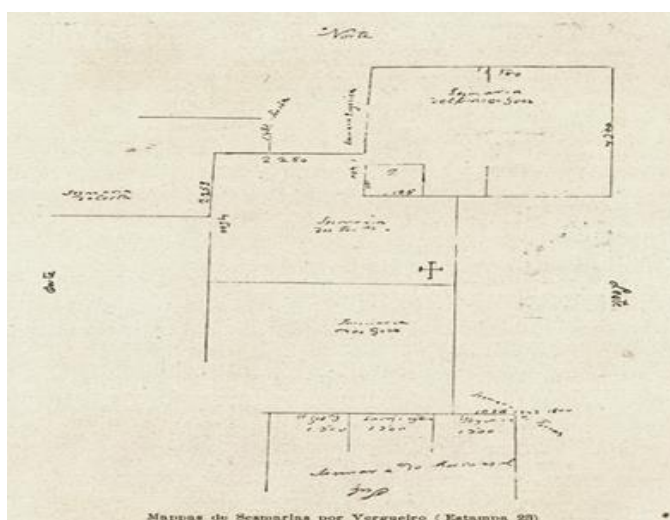
A fazenda Ibicaba seguiu, assim, a trajetória dos demais empreendimentos agrícolas instalados no interior da província de São Paulo em inícios do século XIX: aproveitando-se dos altos preços do açúcar no mercado mundial e da política interna destinada ao fomento da cultura da cana, Vergueiro implantou um engenho nas terras que adquiriu. Na lista nominativa de 1820, referente a Vila Nova da Constituição (futuramente Piracicaba), consta que o

engenho de Nicolau Vergueiro teria produzido naquele ano 600 arrobas de açúcar branco, 400 de redondo (branco de segunda qualidade) e 30 de mascavo. Como visto, sua decisão estava plenamente de acordo com a tendência de aumento da produção açucareira da província, que alcançou seu zênite em meados da década de 1830. (MENDES, 2017,p. 308)

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, posteriormente conhecido como Senador Vergueiro, nasceu em 20 de dezembro de 1778, em Val da Porca, Portugal, seus pais Luiz Bernardo Pereira Vergueiro e Clara Maria Borges Campos, foi um importante político luso-brasileiro, que juntamente com sua família, na qual também era grande possuidora de terras, trouxe para a região de Limeira, interior de São Paulo, crescimento econômico oriundo de suas propriedades cafeicultoras e com a importação de mão de obra livre.

No ano de 1828, Vergueiro via a oportunidade de se trabalhar com plantação de café, sendo o primeiro da região a se adaptar com esse novo fruto. Foi à primeira plantação do tipo na região de Limeira, e o seu início foi um teste com o novo produto, sendo utilizada mão de obra escravizada para este trabalho.<sup>2</sup> Foi o ano, inclusive, em que se tornou senador pela província de Minas Gerais, cargo vitalício que ocupou por 31 anos, de 1828 até 1859.

Imagem 1 – Mapa da sesmaria Ibicaba



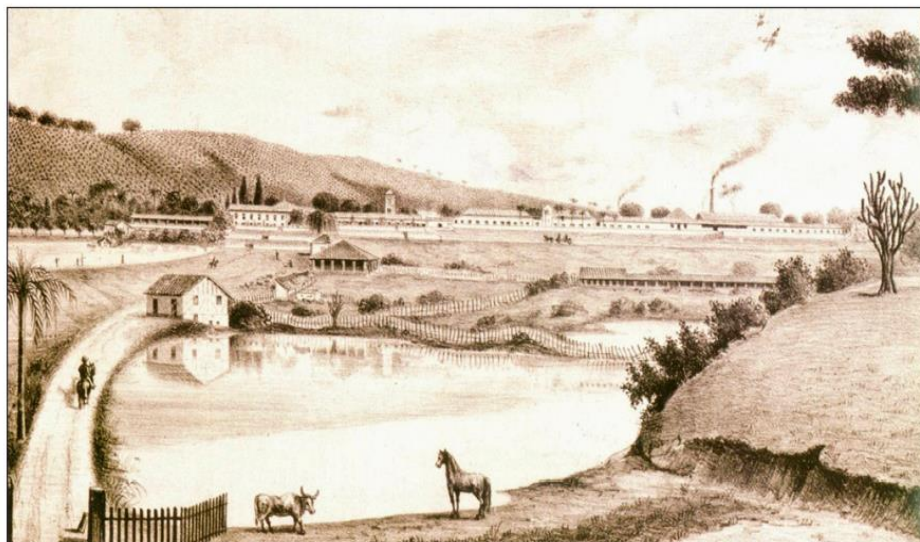
Fonte: adaptado pela autora Forjaz (1924, p. 106).<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Apesar de possuir escravos, Vergueiro possuía pensamentos abolicionistas, onde já demonstrava suas ideias sobre a troca de trabalho escravo por trabalho livre.

<sup>3</sup> Forjaz (1924, p. 106). Não consta na publicação a data de confecção do mapa, porém é sugerido pelo autor que o mesmo foi realizado pelo então senador Vergueiro, sendo assim, anterior o ano de 1859, sua morte.



Imagem 2 – Litografia da fazenda Ibicaba



Fonte: Heflinger Jr. (2014, p. 124).<sup>4</sup>

Como Vergueiro possuía poucos escravos, já que tinha pensamentos contrários a esse modelo de trabalho, e sua produtividade sempre aumentando ele criou em 1846 a Casa Vergueiro & Comp. que seria responsável por recrutar imigrantes de seus países de origem, que nesse momento estavam em situações precárias devido às crises na Europa como um todo, gerando desempregos, fome e miséria em muitos lugares, Primeiramente vieram os alemães, posteriormente italianos, holandeses, entre outros, esse sistema ficou conhecido como sistema de parceria. Porém, há relatos sobre o modo como eram tratados esses escravos, uma maneira que existia de punição era de prender os escravos para que eles não fugissem. Como nos relata Carlota Schmidt, neta adotada de Senador Vergueiro.

Entre os negros, tinha um que sempre andava com corrente na perna e colar de ferro, como castigo para quem havia fugido. Ele sempre nos pedia, gemendo e com lágrimas, que pedíssemos ao avô para livrá-lo dos ferros, que ele nunca mais fugiria. Nós pedimos e conseguimos libertá-lo, mas, no dia seguinte, ele tinha fugido e nós ficamos muito decepcionados, mas serviu como lição (HEFLINGER Jr, 2007, p. 31).

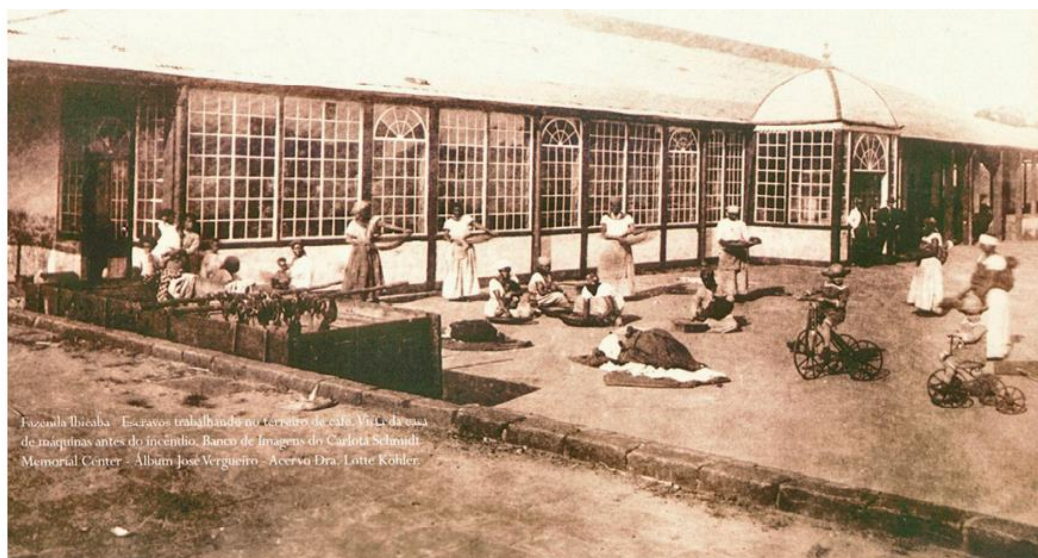
Ou seja, mesmo com seus pensamentos contrários sobre a escravização,

---

<sup>4</sup> Autor desconhecido. Coleção Paulo Levy

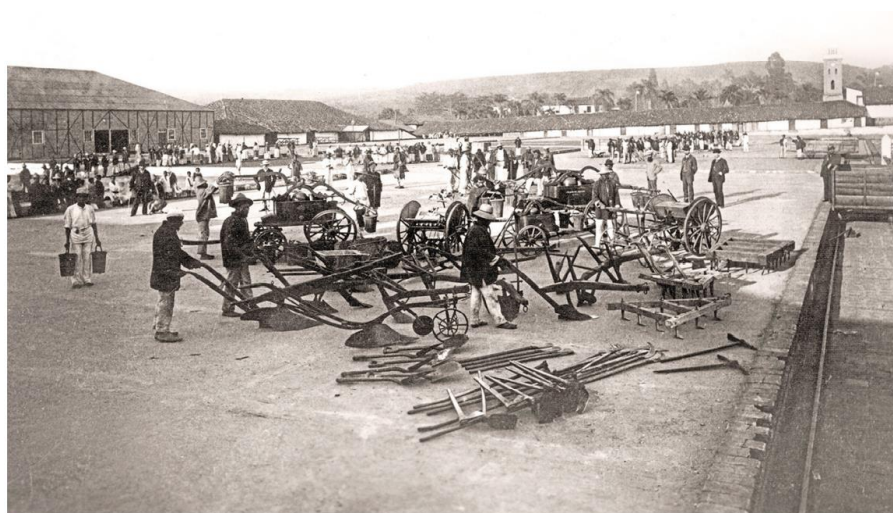
Vergueiro utilizava do trabalho escravo da mesma forma como outros donos de escravos, e até abolindo posteriormente esse modelo de suas propriedades.

Imagem 3 – Escravos trabalhando no terreiro de café.



Fonte: Heflinger Jr. (2014, p. 113)

Imagem 4 – Escravos e imigrantes trabalhando no terreiro de café.



Fonte: Heflinger Jr. (2007 p. 73-74).<sup>5</sup>

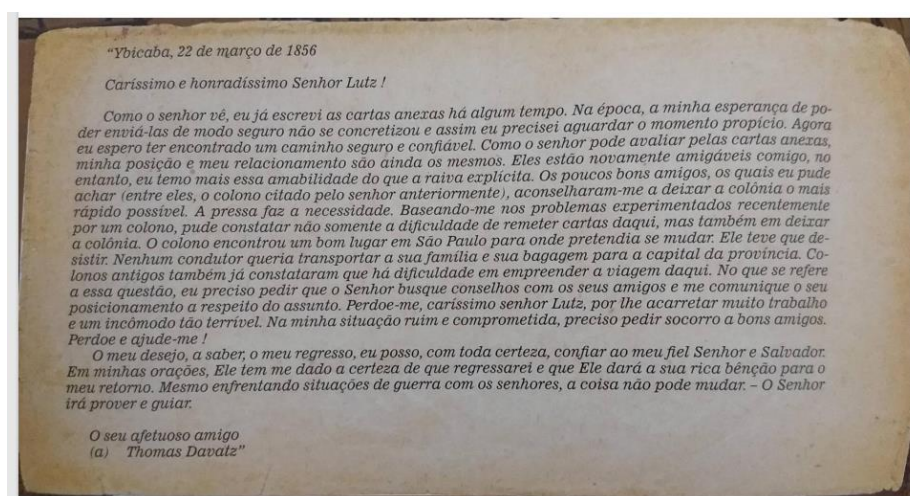
O sistema de parceria que foi implantado para a substituição da mão de obra

<sup>5</sup> Escravos e imigrantes trabalhando no terreiro de café. Álbum José Vergueiro – Acervo Dra. Lotte Köhler. Banco Digital do Carlota Schmidt Memorial Center. s/d, Autor desconhecido

escrava, consistia no acordo entre colono imigrante que vinha para o Brasil, com as contas sendo pagas pela Casa Vergueiro & Comp. sendo ela responsável por todos os meios de legalização e entrada do imigrante ao Brasil. Esse movimento que era realizado foi possível devido a comunicação e ao envolvimento de Senador Vergueiro na política, considerado um homem muito respeitado, desta forma foi criado em 1845 a emenda que autorizava um orçamento de duzentos contos de réis para a migração de trabalhadores para as fazendas da província de São Paulo, tornando-se a lei 369 em 18 de setembro do mesmo ano. O porto de Santos recebiam esses imigrantes e os direcionavam para seus devidos lugares, sendo bancados pela empresa e indo morar na fazenda Ibicaba.

Esse sistema de parceria foi viável até o momento em que os colonos perceberam que seu trabalho não estava sendo rentável e com o passar dos anos a dívida em que possuíam com o Senador, ao invés de diminuir somente aumentavam, gerando vinculação desses parceiros até o término de suas dívidas. Gerando a Revolta dos Parceiros, no ano de 1856, quando os imigrantes se rebelaram pela exploração que sofriam dos fazendeiros, os pagamentos sendo cada vez mais escasso e as exaustivas horas de trabalho. Como podemos ver em um trecho de uma das cartas de Thomas Davatz, em que a mesmo aborda sobre sua insatisfação de permanecer dentro da colônia de Ibicaba.

Imagem 5 – Carta enviada para Sr.Gustav Lutz, 1856.



Fonte: Heflinger Jr. (2014, p. 46).

Os senhores de engenho estavam acostumados com a forma do trabalho escravo, os reproduziram de certa forma com os novos trabalhadores e isso fez com

que queixas fossem cada vez maiores, colonos fugiram, morreram e ainda permanecia propriedade desses senhores. Como forma de amenizar a situação dos colonos, medidas foram tomadas para que as formas de trabalho fossem alteradas, o idealizador desse movimento foi o colono Thomas Davatz, que posteriormente escreveu um livro intitulado “Memórias de um colono no Brasil”, contando suas memórias dos fatos ocorridos. Internacionalmente houve repercussão, sendo proibida a vinda de imigrantes para trabalho no Brasil. Isso gerou uma decadência, juntamente com as safras já não dando tanto lucro como antigamente, em seu início de produção em 1829, sendo assim Senador Vergueiro foi perdendo e vendendo partes de suas terras para poder pagar e quitar dívidas.

Em 1889, um ano após a abolição da escravidão no Brasil, a Fazenda Ibicaba foi arrematada pelo coronel Flamínio Ferreira de Camargo, em sociedade com os irmãos Simão e José Levy<sup>6</sup>, antigos colonos que haviam chegado à propriedade em 1857, porém grande parte da fazenda já havia sido vendida por outras pessoas, uma vez que ela estava cada vez mais em declínio.

Com o constante empobrecimento do valor do café e a fazenda já não lucrando como inicialmente, e os constantes safras não produzindo tanto, em vista do que a propriedade produzia nos anos anteriores. Houve também a crise do café que piorou sua situação e subsequente a morte de José Levy, sendo assim a propriedade foi dividida entre os herdeiros. Dos 2427 hectares iniciais da propriedade, sobraram apenas 222 hectares, menos de 10% do território outrora ocupado, desta forma, a fazenda teve seu valor drasticamente reduzido e acabou sendo arrendada no ano de 1975 para a família Cavalhares que possuem as terras até hoje, sendo o senhor Teodoro Cavalhares responsável legal pela propriedade.

Em 1975, dos 2427 hectares de terra arrematados pelos Levy em 1889, restavam apenas 222 hectares ao redor da sede da Ibicaba, fruto das várias divisões de herança. Nesse mesmo ano, foi vendida à família Carvalhaes, a atual proprietária.

(BENINCASA, BORTOLUCCI e ROSADA, p.13, 2009)

No ano de 1996 a família Cavalhares começou a trabalhar com a educação patrimonial da fazenda, além do turismo rural e o ecoturismo como forma de

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar que os irmãos Levy eram personalidades de grande importância para a cidade de Limeira, inclusive na cidade há uma casa intitulada Palacete Levy, onde era possível observar as terras que os irmãos possuíam, sendo ela atualmente usada para projetos sociais e culturais e secretaria de cultura da prefeitura de Limeira.



arrecadação de dinheiro.

Entretanto, sua maior fonte de renda se dá pelo arrendamento das terras para a plantação de cana de açúcar pela Usina Iracema<sup>7</sup>. Esse movimento se dá, pois, mesmo com toda essa forma de se trabalhar com esse lugar de memória somente com turismo e educação patrimonial, não gera tantos lucros. Além disso, o governo por mais que tente auxiliar, não dispõe tanto investimento para a restauração e preservação desses bens.

Em junho de 2020, a University of Göttingen em parceria com o Centro de Memória Unicamp concluiu o processo de digitalização de fontes documentais ligadas à fazenda. Dentre os documentos: livro ponto, livro de colheita, folhas de pagamento, entre outros relativos ao período de 1890 e 1970.<sup>8</sup>

Esses documentos podem nos mostrar como se deu o processo de ascensão e posteriormente de declínio da fazenda como produtora de café, analisando os rendimentos, dividendos, entre outros fatores. Além disso, é possível entender como funcionava a dinâmica entre proprietários e colonos, como o exemplo da imagem a seguir que mostra a folha ponto dos trabalhadores.

Imagem 6 – Folha ponto (1914 – 1918)

Fonte: [https://dl.library.ucla.edu/islandora/object/ibicabafarmrecords:8/datastream/OBJ?\\_ga=](https://dl.library.ucla.edu/islandora/object/ibicabafarmrecords:8/datastream/OBJ?_ga=)

<sup>7</sup> Em 1937, a Usina Iracema foi comprada em Iracemápolis, município localizado no interior de São Paulo, e transformou-se em uma destilaria de álcool. Em 1946, a usina passou a fabricar açúcar também, onde até hoje é grande produtora de álcool e açúcar da região, sendo de propriedade da companhia São Martinho.

<sup>8</sup> O conjunto documental está disponível em: <https://meap.library.ucla.edu/ibicaba-farm/about-labor-archives-ibicaba-farm-brazil>. Acesso realizado em: 07/06/2021.

2.121736907.1761703420.1623195395-1199567166.1623195395

A folha ponto é dividida na quantidade de dias trabalhados pelas famílias, posteriormente os valores que deveriam receber e se estivesse devendo a fazenda ficaria em vermelho, mostrando que ainda possuíam dívidas referente ao período em que havia trabalhado, a riqueza dos documentos consegue conciliar o processo em que a fazenda passou para se tornar uma fazenda modelo para a época e de importância para a região. O projeto de preservação desses materiais através da digitalização faz com que se consiga preservar também os momentos históricos da fazenda, as formas de saberes e principalmente as narrativas que os lugares de memória possuem, sendo elas oriundas de diferentes formas, como exemplo das documentações oficiais da fazenda.

### **3. FAZENDA IBICABA: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA**

#### **3.1. Patrimonialização e tombamento: definições e marcos legais.**

Para que possamos entender o processo de patrimonialização e o tombamento de um bem, é necessário entendermos o que cada um significa e como isso interfere na ação diante das autoridades legais, nesse caso o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e no estado de São Paulo o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat, porém cada estado, município ou localidade, possui seu órgão que cuida e trabalha com o resgate e valorização desses patrimônios, como exemplo da Serra da Canastra, que possui órgãos regionais, estaduais, nacional e a UNESCO, de caráter internacional, que cuidam dessa localidade.

A patrimonialização é um processo de valorização, revitalização e o desenvolvimento dos bens, como forma de visibilizar as culturas materiais e imateriais existentes, sendo elas catalogadas, estudadas e trabalhadas para que não haja perda dessa tradição ali inserida. No caso de culturas imateriais a patrimonialização se dá pelo estudo e a escrita desses conhecimentos, não podendo ser guardada, uma vez que tudo que temos de conhecimento imaterial é apenas passageiro, não se fixa em nenhum lugar, mas caminha lado a lado com aqueles que o possuem.

Já quando falamos dos bens materiais é possível fixá-lo em algum lugar, sendo assim é possível guardá-los, catalogá-los e mantê-los organizados. Dentro da catalogação dos bens materiais, possuímos o tombamento, que ocorre principalmente com locais estáticos e que não podem ser retirados dos seus lugares de origem, como prédios históricos, estátuas, monumentos, propriedades, entre outros. O tombamento, muito parecido com a patrimonialização, tem por finalidade catalogar e manter o patrimônio preservado, entretanto a diferença é que esse bem não pode ser retirado do lugar onde houve o processo e fica de responsabilidade exclusivamente dos órgãos públicos e fundações filantrópicas, manter, restaurar e cuidar para que não se deteriore e se perca com o decorrer dos anos. Além disso,

tudo que for feito no local tombado deve ser reportado ao órgão responsável, para que não haja nenhuma falha no restauro, sendo de importância não descaracterizar o modelo original do bem.

O patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (SILVA, p.110, 2011)

A discussão sobre a patrimonialização passou a figurar na legislação brasileira a partir da publicação do Decreto de Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, assinado por Getúlio Vargas. De acordo com o Decreto um bem cultural é todo costume, artes, hábitos e outros fatores que constituem uma determinada localidade, podendo ser material ou imaterial, uma vez que as sociedades são formadas por diversos costumes de diferentes formas, ou seja, por modos de se fazer algo ou por artefatos deixados para as próximas gerações. Sendo assim, seguindo o conceito antropológico, o patrimônio é uma herança deixada para as futuras gerações como forma de conhecimento do passado e da história dos próprios lugares.

O Decreto de Lei nº 25 apresenta o seguinte conceito:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (decreto nº 25, 30 novembro de 1937)<sup>9</sup>

O decreto explora ainda mais sobre o que é considerado patrimônio quando aborda sobre as formas como deve ser catalogado e guardado pelos órgãos

---

<sup>9</sup> Trecho retirado do decreto de 30 de novembro de 1937, acessado pelo link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm)  
Acesso realizado dia: 10/05/2020



responsáveis, nesse caso o IPHAN de forma Nacional e o Condephaat de forma estadual, sendo possível cada cidade ou região também possuir outros órgãos que tem por finalidade fiscalizar esses bens e auxiliar no processo para a patrimonialização do mesmo.

A patrimonialização depende de um órgão responsável, o processo passa por etapas que consistem em diversas regras a serem seguidas pelos proprietários desses bens, sendo material ou imaterial, além disso, o processo é longo já que se possui pouco incentivo, uma vez que necessita de verbas para restauro e conservação desses bens. O processo é uma forma de se armazenar as culturas que possuímos de nossas sociedades ao longo do tempo e isso é uma forma de se entender como os fatos ocorreram e como foi o desenrolar desses fatos, qual a importância para tal localidade.

Esses bens ficam localizados em livros intitulados de livros tombos, onde ficam catalogados com fichas de inventários e periodicamente fiscalizados para saber se o mesmo ainda permanece existente, uma vez que é considerado crime contra o patrimônio cultural, descaracterizando a história nacional.

Art 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (decreto n<sup>o</sup> 25, 30 novembro de 1937)<sup>10</sup>

Nesse caso estamos abordando somente o que seria patrimoniar um bem, porém no caso da fazenda, por ser um bem material e uma propriedade, onde não é possível a movimentação do mesmo, nesse caso temos o tombamento, esse processo é feito para lugares físicos e em poucos casos objetos, que não terão movimentação após o tombamento do mesmo, fazendas, casarões, parques, prédios, entre outros bens que não se movimentam, são em sua maioria patrimônios que são priorizados para o tombamento.

---

<sup>10</sup> Trecho retirado do decreto de 30 de novembro de 1937, acessado pelo link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm)  
Acesso realizado dia: 10/05/2020

De acordo com algumas legislações sobre o tombamento e patrimonialização de bens existentes no IPHAN, para que ocorra o processo de tombamento, os donos teriam que estar de acordo com algumas regras inclusive sobre as formas como iria adquirir recursos para sua constante restauração e prevenção, sendo assim ela teria que trabalhar somente com meios de preservação do bem.

Entre os artigos da constituição de 1937, mais precisamente o Art.180, sobre o decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, onde se faz presente no processo de tombamento as seguintes clausulas:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que fôr avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que fôr julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dôbro em caso de reincidência.

(decreto n<sup>o</sup> 25, 30 novembro de 1937)

Esse trecho retirado do decreto, explica, um dos motivos para que a Fazenda ainda não entrasse no processo de tombamento e por sua vez não se tornando um patrimônio perante o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), que trabalham em todo o processo de tombamento e na fiscalização dos patrimônios tombados, o investimento para se tornar a fazenda é alto e o retorno para auxílio é muito pouco, ou quase nada, em muitos casos, principalmente pelo fato que o proprietário do lugar não pode ter lucros de forma privada com a propriedade, como por exemplo, festas, casamentos, de forma individual, sem antes reportar aos responsáveis legais, que seriam os órgãos responsáveis.

### **3.2. A exploração econômica da história e do patrimônio histórico da fazenda**

A educação patrimonial é um processo educacional, podendo ser formal ou não, que incentiva, educa e aprimora os conhecimentos acerca do patrimônio cultural. Engloba os patrimônios materiais e imateriais que fazem parte da cultura e história de determinado lugar. Esse processo de conhecimento e reconhecimento ajuda no desenvolvimento social e econômico local ao dar visibilidade a uma ação educativa que busca preservar a história e a memória. Desse modo, podemos afirmar que a educação patrimonial não só colabora para a construção de um conhecimento histórico sobre o local, mas também com a compreensão da construção social da memória sobre esses determinados espaços.

O ecoturismo, por sua vez, auxilia na preservação das terras e da natureza local. É uma forma de preservar memórias da fauna e da flora que permanecem

vivas nos dias atuais. Essa prática tem por objetivo fazer com que os turistas possam se desconectar da vida urbana e agitada das grandes cidades ao apreciar e contemplar a atmosfera bucólica das propriedades rurais.

Em 1996, a Fazenda Ibicaba iniciou os trabalhos de turismo histórico, ecoturismo e turismo rural. Além dessas atividades o espaço também é locado para a realização de eventos privados, sendo eles casamentos, formaturas e para fotografia como Pré – *Wedding*, locando principalmente os espaços abertos dando uma visão ampla da fazenda. Essa atividade econômica contribui para a subsistência e conservação da propriedade, uma vez que contribui para a divulgação desse espaço, da beleza e história que fazem parte da fazenda, com isso ela se utiliza de algumas redes sociais para divulgar esses eventos, visitas e principalmente os espaços. Além do site oficial, a Fazenda também possui um Instagram, onde posta informações sobre pesquisas realizadas sobre ela, vídeos e fotos das visitas.

O uso do Instagram para a divulgação das atividades da Fazenda Ibicaba começou no dia 06 de maio de 2019. O perfil conta com 54 publicações, 587 seguidores e segue 405 perfis. A primeira fotografia publicada é da fachada da sede da fazenda, na legenda “Sede da Fazenda de 1817, fundada pelo Senador Vergueiro”.

A Fazenda Ibicaba possui um projeto visando trazer os momentos históricos presentes na Fazenda, esse projeto começa em 1996, quando a fazenda começa a ser explorada como patrimônio histórico e vai se modificando conforme as necessidades e as demandas de seu público alvo.

Com o objetivo de viabilizar a preservação e divulgação tanto da história da imigração como do ciclo do café, a Fazenda Ibicaba está desenvolvendo um projeto de natureza turística e educacional, aliadas a atividades ecológicas e de lazer, dirigido a estudantes de 1º e 2º graus de escolas particulares ou não, da capital e do interior.<sup>11</sup>

Segundo a fazenda o público em questão é mais acessível para se trabalhar de forma dinâmica, uma vez que está ligado com os temas estudados na escola, como por exemplo, o ciclo do café, então para o incentivo da história inserida nesse

---

<sup>11</sup> Trecho retirado do site oficial da Fazenda Ibicaba. Disponível em: <http://www.fazendaibicaba.com.br/r.php?l=estrutura> Acesso realizado em: 10/04/2020

lugar de memória e para uma valorização da importância para as cidades da região e principalmente para o estado de São Paulo, esse público ajuda de forma a divulgar e trazer anualmente mais visitantes e também a arrecadar um valor considerável para a própria subsistência da fazenda, uma vez que são grupos fechados de até 40 pessoas, num valor de 54 reais, ou seja, é fixo e de certa forma mais organizado.

O Projeto consiste em receber os estudantes para "Dia de Campo" desenvolvendo atividades educativas de conteúdo histórico, bem como de lazer no campo. As atividades serão orientadas para a faixa etária de cada grupo e coordenadas por monitores especializados. Cada turma permanecerá na fazenda das 9:00 às 17:00 horas e receberá café da manhã, almoço e lanche durante o período. As atividades poderão ser diferenciadas conforme orientação de cada escola, sempre respeitando a faixa etária dos alunos. O tempo de permanência, o cardápio, bem como o uso da piscina, poderão ser previamente combinados de acordo com a necessidade de cada escola. Poderemos ainda hospedar grupos de 25 a 40 alunos.<sup>12</sup>

No site oficial da fazenda a narrativa que consta é somente sobre o pioneirismo na troca de mão de obra e na importância do espaço em si, essa, levada em conta para atrair e fazer uma propaganda desse local como forma de fonte de renda e de exploração positiva para a história, entretanto é perceptível uma valorização muito maior de uma forma específica de acontecimento. Em algumas reportagens o senhor Teodoro Cavalhares, cita sobre a importância da fazenda e principalmente das inovadoras formas de trabalho, pelo sistema de parceria, juntamente com as tecnologias vindas da Europa, principalmente Alemanha e Itália.

Devido a sua importância para a economia de São Paulo e ao reconhecimento da influência política do Senador Vergueiro, a Fazenda Ibicaba recebeu grandes personalidades, entre elas Dom Pedro II, a Princesa Isabel e o Conde D'eu. Foi usada durante a Guerra do Paraguai como estação militar.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Trecho retirado do site oficial da Fazenda Ibicaba, link: <http://www.fazendaibicaba.com.br/r.php?!=estrutura> Acesso realizado em: 10/04/2020

<sup>13</sup> Trecho retirado do site oficial da Fazenda Ibicaba, link: <https://www.fazendaibicaba.com.br/r.php?!=historia> Acesso realizado em: 10/04/2020

Neste trecho, retirado do site oficial da fazenda, é mostrado como se dá à influência de uma história voltada mais para a os grandes feitos e as demonstrações de poder existentes nesse local. Em nenhum momento é falado sobre a forma escravagista que o Senador Vergueiro trabalhava nas suas propriedades, é como se esse período houvesse um hiato e pulasse para o período em que houve o pioneirismo na troca de mão de obra de parceria. Como falado anteriormente é a forma como é vendido à imagem desse lugar, buscando mostrar somente as coisas boas que ela trouxe e deixando os conflitos mais afastados, ou até mesmo silenciados. Por exemplo, sobre o período escravagista, quase não é narrado e muito menos abordado, mesmo a fazenda possuindo mais de 200 escravizados, esse período foi cortado de grande parte da historia da fazenda, uma vez que seus maiores marcos são o pioneirismo da propriedade.

Em determinado fragmento é citado sobre a revolta dos parceiros, evento que ocorreu devido à falta de acordo entre proprietário e colonos, para a quitação das dividas oriundas da vinda dessas pessoas de seus países de origem para o Brasil. A forma como é abordado à temática é de certa forma muito superficial em comparação aos feitos ocorridos pela fazenda e pelo Senador Vergueiro, como vemos a seguir em outro trecho.

Porém as dificuldades enfrentadas pelos colonos na adaptação ao clima e culturas locais, aliadas à subordinação econômica aos fazendeiros por não conseguirem saldar suas dívidas baseadas numa contabilidade questionável, foi-se criando uma crise que, em 1856, culminou na "Revolta dos Parceiros" ou insurreição dos imigrantes europeus, tendo, como palco, a Fazenda Ibicaba, a maior produtora de café da época.<sup>14</sup>

Esse trecho é o único em que se aborda sobre esse fato ocorrido e que deu origem no processo de decadência da Fazenda, juntamente com o declínio dos produtores de café, obrigando, de certa forma a venda de pedaços de terra para

---

<sup>14</sup> Trecho retirado do site oficial da Fazenda Ibicaba, link: <https://www.fazendaibicaba.com.br/r.php?l=historia> Acesso realizado em: 10/04/2021

quitação de suas dívidas e posteriormente arrendamento de grande parte das terras para produção de cana de açúcar.

O trabalho de educação patrimonial ocorre em parceria com uma empresa terceirizada, que faz o traslado dos alunos e cuida de todo o processo até dos guias para a visita.<sup>15</sup> Um dos recursos utilizados pela empresa para narrar à história da fazenda é a dramatização. Atores caracterizados interpretam personagens marcantes em algumas instalações da fazenda. Analisaremos aqui dois casos. O primeiro é a interpretação do Barão, realizada pelo ator Rafael Santos (imagem 7). Em um curto trecho da reportagem é possível identificar um fragmento do texto interpretado para um grupo de alunos. Caminhando com as mãos para trás, em volta de uma grande mesa de jantar, o Barão comenta: “Tem um escravo, vocês já conheceram que eu deixo preso mesmo, enforcado, ele tentou fugir várias vezes, não foi só uma vez”.

Imagem 7 – Barão, o administrador da Fazenda.



Fonte: Reportagem produzida pela CND TV, do colégio Notre Dame de Campinas.<sup>16</sup>

Esse escravizado, a qual o Barão faz referência, encontra-se na senzala. Um ator negro, caracterizado, vestido apenas com uma calça de pano rústico e amarrado pelas mãos e pescoço, interpreta seu texto com grande emoção (imagem 8). Em um trecho o personagem afirma: “(...) o trabalho não podia parar tinha que

---

<sup>15</sup> Não conseguimos obter informações adicionais sobre qual é a empresa e o funcionamento da mesma.

<sup>16</sup> Coronel (ator), falando sobre sua vida na fazenda, como administrava os negócios e como era viver no casarão Foto retirada de uma visita do Colégio Notre Dame de Campinas, no ano de 2021 com os 9º anos.

dar conta da safra do Barão”. Na sequência, o personagem comenta sobre seu irmão:

Negro valente, forte, guerreiro, mas meu irmão era fujão, mas toda vez que ele fugia, o capitão do mato trazia ele de volta e colocava ele no tronco e chicoteava, até que um dia ele falou que se ele fugisse, ia matar. Mas de nada adiantou não, meu irmão fugiu, o capitão do mato voltou, mas meu irmão não, até hoje.<sup>17</sup>

#### Imagem 8 – Dramatização da violência contra os escravizados



Fonte: produzido pela CND TV, do colégio Notre Dame de Campinas <sup>18</sup>

O uso da dramatização é uma forma de apresentar aos estudantes um período histórico em que as coisas eram diferentes, a forma de vida, a economia, o trabalho, buscando aproximar os estudantes desse passado. A empresa terceirizada ainda conta com historiadores que pesquisam a fazenda e buscam montar pequenas explicações dos acontecimentos do lugar e de sua importância para a sociedade da época. As atividades ocorrem em espaços diversos da fazenda proporcionando.

<sup>17</sup> Trecho retirado do vídeo CND TV – Fazenda Ibicaba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZZWoBAPPymY&t=606s> Acesso realizado em 08/06/2020.

<sup>18</sup> Negro (ator) narrando às formas de trabalho e como era o tratamento dos mais de 200 escravizados na Fazenda. Foto retirada de uma visita do Colégio Notre Dame de Campinas, no ano de 2012 com os 9º anos.



Esse trabalho que o atual dono Teodoro Cavalhares faz, é uma forma de trazer para as escolas a importância de se patrimoniar a fazenda, como forma de resistência de memórias históricas importantes para o desenvolvimento econômico, político e cultural de São Paulo e do Brasil, uma vez que a propriedade traz consigo pioneirismo em muitos aspectos, como o maquinário para produção do café, vindo principalmente dos imigrantes italianos.

Imagem 9 – Museu do Café



Fonte:link:<https://www.youtube.com/channel/UCJmx3XNen8bsLra5s0GDABQ><sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Imagem retirada do canal Lugares da Nossa Região. Casa das máquinas, ou Museu do Café, onde ficam expostas às tecnologias utilizadas na época, vindas da Europa, principalmente por Italianos. Acesso realizado em: 15/04/2021

Imagem 10 – Marca das máquinas usadas na fazenda



Fonte: link: <https://www.youtube.com/channel/UCJmx3XNen8bsLra5s0GDABQ><sup>20</sup>

De acordo com o proprietário as máquinas que são apresentadas nesse espaço ainda funcionam normalmente e, faz parte do roteiro dos visitantes acompanhar o seu funcionamento para a produção do café. Esse maquinário revela como a vinda dos imigrantes, principalmente italianos, trouxe para o Brasil tecnologias inovadoras, uma vez que muitas dessas formas de trabalho, onde a mão de obra era mais especializada.

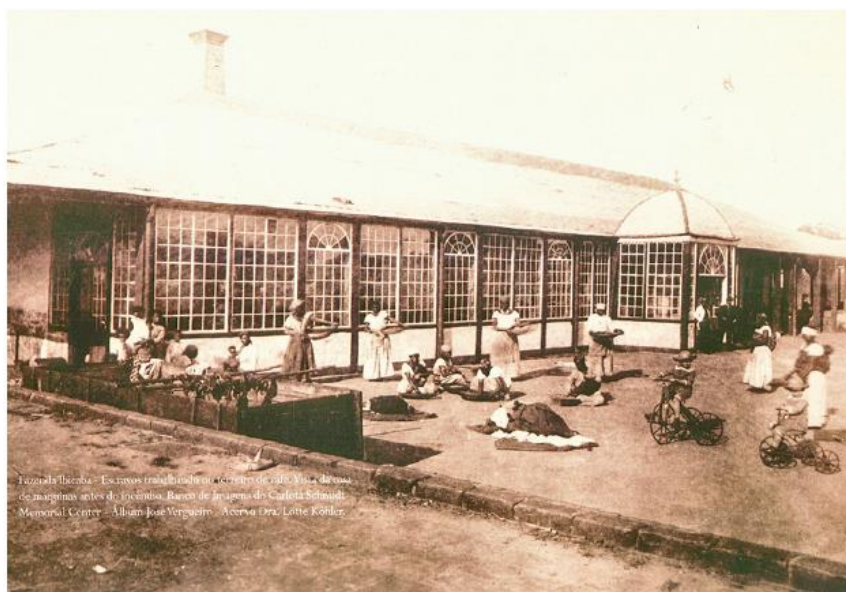
É válido ressaltar que somente algumas partes da fazenda ainda permanecem com as mesmas características da época da sua fundação. Isso porque devido a um incêndio em meados do século XIX, algumas reformas foram realizadas. Dentre as perdas, parte da casa de máquinas foi destruída, inúmeros documentos, como os livros de registro do I ao IV da Fazenda. Já o casarão principal foi queimado devido ao surto de tuberculose que ocorreu na fazenda. Com isso, a casa sede foi reconstruída em meados de 1889, já com um modelo mais europeu, principalmente Alemão, uma vez que a fazenda já pertencia aos irmãos Levy.

Nas imagens (11, 12, 13, 14, 15 e 16) a seguir é possível perceber a diferença de estilos arquitetônicos, primeiramente mais colonial, específico da época de sua construção em 1817 e, posteriormente, já com outros donos e com descendência alemã, os barracões com aspecto mais europeu.

---

<sup>20</sup> Imagem retirada do canal Lugares da Nossa Região. Acesso realizado em: 15/04/2021  
A máquina D'Andrea foi fundada na cidade de Limeira pela família D'Andrea em 1934, suas máquinas funcionam normalmente em mais de 100 países até os dias de hoje.

Imagem 11 – Terreira de café original



Fonte: Heflinger Jr., 2014, p. 113

Imagem 12 – Terreiro atual da fazenda

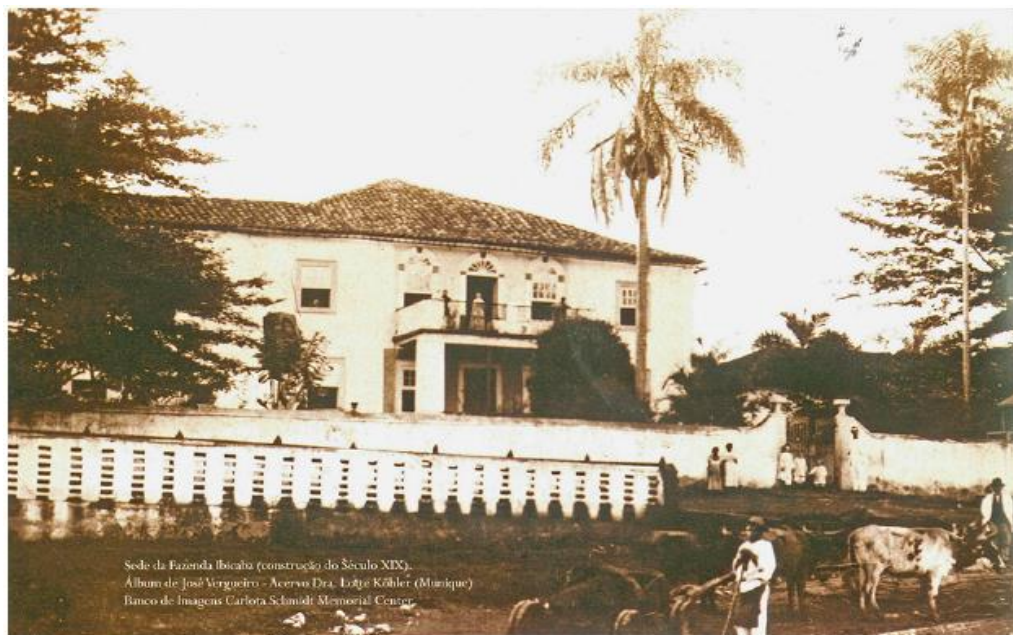


Fonte: Disponível em <http://www.fazendaibicaba.com.br/r.php?l=galeria>.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> A esquerda fica a cidade de Cordeirópolis e a direita a cidade de Limeira.  
realizado em: 10/04/2021



Imagem 13 – Sede original da fazenda, construída em 1817.



Fonte: Heflinger Jr., 2014, p. 112.

Imagem14 – Sede da Fazenda, atualmente.



Fonte: [link:https://www.youtube.com/channel/UCJmx3XNen8bsLra5s0GDABQ](https://www.youtube.com/channel/UCJmx3XNen8bsLra5s0GDABQ)<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Sede atual da fazenda, construída em meados de 1900, após o surto de tuberculose. Imagem retirada do canal Lugares da Nossa Região. Acesso realizado em: 15/04/2021



Imagem 15 – Torre do relógio com mirante.



Fonte: Fotos de Alexandre Kantowitz - V.D.R. Fotografias. <sup>23</sup>

Imagem 16 – Telhado de telha cocha



Fonte: link: <https://www.youtube.com/channel/UCJmx3XNen8bsLra5s0GDABQ> <sup>24</sup>

<sup>23</sup> Mirante datado de 1817, fundação da fazenda, juntamente com um relógio vindo da Suíça. Arquivo Fotográfico Fazenda Ibicaba - Século XXI. Acervo Carlota Schmidt Memorial Center.

<sup>24</sup> Canal Lugares da Nossa Região. O telhado de telha cocha ainda original da construção da fazenda, em 1817. Acesso realizado em: 15/04/2021

Assim como há lugares que foram modificados de forma bem significativa, devido a problemas relacionados com a própria construção, doenças entre outros fatores, ainda há um considerável conjunto arquitetônico com características originais e que revelam o processo de desenvolvimento da fazenda. Durante esses 24 anos em que a fazenda vem realizando esse trabalho de educação patrimonial não há registros de processo de tombamento. Tal realidade nos coloca a necessidade da compreensão desta opção por parte dos proprietários da fazenda.

São perceptíveis as mudanças na arquitetura do prédio, uma vez que após essas reformas ocorridas, descaracterizou o modelo original. Mesmo com todo o processo de transformação, a Fazenda ainda possui grande estima para a construção da história regional e nacional, pois trata-se de um relevante centro de memória documental, que constituiu o processo de industrialização e modernidade para a produção cafeeicultora. A grandiosidade do lugar e as memórias ali contidas permanecem vivas por meios de objetos, pelas construções e principalmente nos mostra vários momentos da história que vem sendo passada para as futuras gerações.

### **3.3. Os limites e as potencialidades do turismo histórico na Fazenda Ibicaba.**

A fazenda como podemos observar, possui um projeto que trás conscientização para a população, principalmente os estudantes sobre a memória contida nesse local e sua importância para a história regional, local e nacional. Assim, um diálogo entre a História regional, memória e patrimônio é possível, uma vez que a fazenda Ibicaba trabalha com a Educação patrimonial como forma de viabilização econômica, e simultaneamente, se constitui como um lugar de memória.

Tal fato nos permite afirmar que a educação patrimonial não formal pode ser vista então, como mais uma possibilidade de vivência educativa que pode ser potencializada através do turismo cultural. Ela, portanto, é flexível e respeita as

---

A telha cocha tem esse nome porque eram moldados na cocha do escravo, por isso eles são irregulares.

diferenças e capacidades de cada visitante, que experimenta e significa suas próprias vivências, acionando memórias passadas e objetivos futuros e também demarcando rupturas. (GARCIA, 2015,p 09)

Durante um período a Secretaria de Cultura de Limeira elaborou um projeto, no qual tinha o objetivo de fazer um circuito cultural das fazendas históricas da região de Limeira, no ano de 1998, a secretaria teve apoio do estado de São Paulo e da Embratur – Empresa Brasileira de Turismo (empresa estatal do governo brasileiro). Entretanto devido à falta de verba, o projeto não prosseguiu. Nesse circuito que foi formulado para atingir os mais diversos públicos de diferentes classes sociais e idades, tinha como partida a educação patrimonial não formal, uma vez que iria transmitir a história regional e local para a população, de forma atrativa e que traria visibilidade, cultura e um retorno financeiro, ou seja, iria auxiliar de diferentes maneiras para a conservação desses lugares.

Essa é uma das problemáticas que possuímos quando falamos de educação patrimonial, turismo histórico, eco turismo, entre outros, a falta de envolvimento do governo para auxiliar economicamente, faz com que muitos desses lugares invistam em um turismo privado, onde não há incentivo da região, porém não traz uma visibilidade para a mesma.

Entretanto faz-se necessário compreendermos as possibilidades de construção da memória por meio do tombamento. Entender a constituição da Fazenda como lugar de memória a partir das opções e ações que esta vem desenvolvendo a partir de 1996. Como visto anteriormente, para que haja o tombamento da Fazenda é necessário que a mesma não possua meios privados para conservação e preservação. Porém, seria necessário que houvesse um envolvimento por parte da região em que se localiza e dos órgãos públicos, primeiramente econômicos, a fim de auxiliar no restauro e subsistência de forma a trabalhar somente com a educação patrimonial, eco turismo e turismo rural.

Essa forma de trabalhar é feita no Vale do Paraíba, que na região de São Paulo houve uma junção entre a população local, mais o Condephaat e o IPHAN para o tombamento, no que é conhecido como rota do café, que pega São Paulo,

sendo Santos a cidade mais importante e a maior produtora do fruto e algumas cidades do estado do Rio de Janeiro.

Principalmente nas fazendas paulistas, com o tombamento e a fiscalização pelo governo, foi sendo gerado o turismo sustentável, que ajuda a população local a uma rentabilidade financeira com o turismo e preserva esses locais e centros de memória, uma vez que é a atração dessa rota, dando visibilidade e estabilidade para que consigam guardar essa história e transmiti-las para os visitantes.

Atualmente a fazenda Ibicaba trabalha com o arrendamento das terras para a Usina Iracema, os eventos sociais, como casamentos e festas privadas e o turismo histórico, formatado para as escolas, como forma de um trabalho de campo, onde o ciclo do café é narrado de forma visual e dinâmica, já que os alunos podem ver esses espaços e entender como se dava o funcionamento de uma fazenda cafeicultora.

Se a fazenda optasse pela patrimonialização e posteriormente pelo tombamento dela, teriam algumas problemáticas como todo recurso que adquire como o arrendamento para a Usina Iracema, que atualmente é a maior fonte de renda, seria cabível de multa de até cinquenta por cento do valor da propriedade, a perda de recursos que o governo, estado e município têm por obrigação de auxiliar, o que é de fundamental importância, já que a fazenda possui gastos para se manter, podendo também perder o tombamento da Fazenda, ou seja, se perderia todo o processo de valorização que já vem sendo feito desde 1996 além da falta de investimento que causaria uma decadência da mesma.

Com isso, uma forma de dar mais visibilidade para a Fazenda seria a ampliação do turismo, para além de escolas, mesmo que sejam em grupos, o que daria um menor custo para a visita, mas aberto ao público em geral, o que ajudaria para uma expansão e que posteriormente poderia gerar um processo de patrimonialização da mesma, como forma de concretizar e resguardar essa propriedade de forma legal. Trazendo a tona o turismo sustentável, que ocasionaria também uma maior fonte de renda, uma vez que se pensado em um projeto somente voltado para a Ibicaba de forma mais concreta.

A pandemia da COVID-19 impactou as ações educativas da Fazenda Ibicaba. No perfil da fazenda no Instagram, por exemplo, o último registro de um grupo



escolar em visita a fazenda data do dia 29 de outubro de 2019. As visitas escolares foram retomadas somente no dia 23 de setembro de 2020, porém, não se tratava de visita presencial, mas sim da primeira visita pedagógica virtual. Na data a fazenda recebeu os alunos do Colégio Coopel da cidade de Leme, interior de São Paulo. Esse novo formato de visita, que vem sendo utilizados por museus, parques entre outros lugares, pode ser uma forma de adaptação da própria fazenda para não perder a identidade de seus trabalhos e continuar com as trocas de experiências, mesmo que a distância.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como forma de transmitir os mais diferentes momentos históricos, os locais de memória podem nos trazer para um entendimento de como esses fatos ocorreram e como eles tiveram influência para as sociedades ao redor e principalmente para a população que ali viveram. Com isso, é possível entender que muito mais que um local onde se viveram personalidades, os lugares de memória ensinam que cada pessoa que passa por esses lugares conseguem modificar a forma como se entendem como ser humano e como ser histórico.

Para muito além do processo de patrimonialização e tombamento de uma bem, há as problemáticas para se manterem restaurados e preservados, que ultrapassa somente o querer tornar algo eterno para que os outros possam apreciá-los, vai de encontro com a permanência e sustentabilidade do local, como forma de permanecer vivo e contemplado para as futuras gerações, como é colocado pela Fazenda Ibicaba em seus esforços de se auto sustentar através da educação patrimonial.

## 5. REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. R. A. *Arruando pelos lugares: as excursões históricas e de educação patrimonial*. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.39, p. 345-61, 2007.
- BLOCH, Marc. *A história, os homens e o tempo*. In: Apologia da História ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 51-68.
- BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. *Oficina de História: Ensino, Memória e Patrimônio Histórico*. In: Patrimônio e Cultura Material, Projeto História n.40, São Paulo: Educ, junho de 2010.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph.2002. 104 p.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania*. 1992. São Paulo: [s.n.], 1992. 233 p.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GONÇALVES, Janice. “Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural”. In. *Historiae*.V.3, nº3, 2012
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HARTOG, François. *Tempo e patrimônio*. Varia História, v. 22, n. 36, p. 261- 73, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. e Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. RJ: Paz e Terra, 1990
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000;
- LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996, p. 535-599.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Visão, visualização e usos do passado*. Anais do Museu Paulista. V. 15, p. 117-123, 2007.

MIANDA, Danilo Santos de. (Org). *Memória e cultura: A importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: Edições SESC/SP, 2007;

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n10, dez 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p.34.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992;

SCARIATO, J. B. P. *Fazendas históricas da região de Limeira [SP]: reconhecimento e valorização das paisagens culturais*. Labor & Engenho, Campinas [Brasil], v.5, n.4, p. 106-120, 2011.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terra de história: problemáticas atuais*. In: Bresciani, M.S; Naxara, Márcia. (Org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

### **Leis e Decretos:**

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.

Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm)

Acesso: 10 de dezembro de 2018 as 15:00horas

LEI Nº 6.292, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1975

Disponível

em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/LEI\\_6.292\\_DE\\_15\\_DE\\_DEZEMBRO\\_DE\\_1975.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/LEI_6.292_DE_15_DE_DEZEMBRO_DE_1975.pdf)

Acesso: 10 de dezembro de 2018 as 16:00 horas

**Livros:**

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo. *Ibicaba: O berço da colonização europeia de cunho particular*. Trad. português-alemão. Limeira [SP]: Unigráfica, 2007. 198 p.

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo; LEVY, Paulo M.; CANTALICE, Rommel S. C. (org.) *Recordações de Infância de Carlota Schmidt no Ibicaba*. Trad. português-alemão. Limeira [SP]:Unigráfica, 2005. 153p.

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo; *O Sistema de parceria e a migração europeia*. Trad. português-alemão. Limeira[SP]UNIGRAFICA.2014. 201 p.

**Sites:**

<http://www.fazendaibicaba.com.br/>

(Fazenda Ibicaba, site oficial) acesso: 30 de Novembro de 2018 as 11:00 horas

<https://www.limeiraonline.com.br/setor%20historia/fazendas%20historicas.php>

(Site de Limeira – secretaria da cultura e turismo) Acesso: 30 de novembro de 2018 as 10:00 horas

[http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Drosa\\_1464908629354.DocLstX&pasta=ano%20188&pesq=liemeira](http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Drosa_1464908629354.DocLstX&pasta=ano%20188&pesq=liemeira)

(Biblioteca Nacional- Hemeroteca Digital) acesso: 30 de Novembro de 2018 as 12:00 horas

<http://www.museunacional.ufrj.br/dir/acervo.html>

(Museu Nacional – Rio de Janeiro) Acesso: 30 de Novembro de 2018 as 13:horas

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1028>

(IPHAN- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) Acesso: 10 de Dezembro de 2018 as 13:00 horas.

<https://meap.library.ucla.edu/ibicaba-farm/about-labor-archives-ibicaba-farm-brazil>.

(UCLA Library) Acesso realizado em: 07/06/2021.